



COC-202/79

Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR e a Prefeitura Municipal de ASSAÍ, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado o Município de ASSAÍ, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  005/78 de 09.10.78, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Eng  CLAUDIO H OLIVEIRA ARAUJO, por seu Diretor Financeiro Econ. ALCEU HELLVIG, assistido pelo Bel. ALLAN STRADIOTTO, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condi es expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23.01.63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários da cidade de ASSAÍ, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato, são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador executor ou fiscalizador de execu o dos conv nios celebrados, para os fins do item a, entre o Munic pio e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água pot vel e de esgotos sanit rios; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSION RIA, competéncia para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Federal. QUARTA: É vedado   CONCESSIONÁRIA proceder isen o de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros são poderão ser aprova

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



dos pela CONCEDENTE, desde que, em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá   CONCEDENTE, recompor a paviment  o das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal, decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da Legislação Vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras de ampliação, extensões, reforço e implantação do sistema de abastecimento de água, a CONCEDENTE participar  com uma contribuição de 25% (vinte e cinco por cento). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CONCEDENTE de que trata esta cláusula será disciplinada através de TERMO ADITIVO, mediante o levantamento dos bens e direitos e acervo patrimonial da autarquia que atualmente explora o sistema de abastecimento de água de ASSAÍ. PARÁGRAFO SEGUNDO: A participação futura será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que todas as participações serão transformadas em ações preferenciais, no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo segundo, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do Decreto Lei n  6404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA: Se no decorrer da Concessão houver interesse das partes na execução das obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um per-



centual a ser definido, mediante assinatura de termo aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da assinatura de Termo Aditivo, o Poder Executivo outorgará procura o   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 4  da Lei de Concessão com a finalidade de garantir as participações da CONCEDENTE, nos investimentos. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrup o de fornecimento dos serviços de água e remo o de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visando o aprimoramento e a programac o das obras de instala o e de amplia o dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de a o. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de a o em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto às tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribui o de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento, sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indeniza o. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de não prorroga o do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e, indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participa o do Município. VIGÉSIMA: Este contrato terá sua vigência a partir desta data. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando

← *[assinatura]*

do as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 12/02/79

ENG. CLAUDIO H OLIVEIRA ARAUJO
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

SR YOSHIHIRO NONOMURA
PREFEITO MUNICIPAL DE ASSAÍ

ECON ALCEU HELLVIG
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

BEL ALLAN STRADIOTTO
ASSESSOR JURÍDICO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:

J. E. ...

... 1979

TABELIÃO
DR. N RITO VOIPI
DR. N RITO JOSÉ VOIPI
Oficial Tabelião
JOSÉ D MICO
AYRTON CHERRINSONY
Esc:
CURITIBA
P RTE

Reconheço a S. Primeira S.

Claudio H. O. Araujo,

Alceu Hellvig,

Alan Stradiotto

Curitiba, 14 de Fev de 1979

Em test.   da verdade

...

TABELIÃO

2  REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

PROTOCOLADO n /data sob n.  313176

e REGISTRADO sob n.  144673 do

Livro 13-146 Curitiba 14 FEV 1979

CAR ...
Rua Mal Floriano, 213 - Fone 24-24-44 .
N CARLOS RAMOS FILHO - TITULAR
JOÃO VALDIR JUNTUS - ESC. JURAMENTADO
EMPREGADOS JURAMENTADOS
N CARLOS ANTONIO LUNARDINI RAMOS
Rom o Ferrazese - Isabel Cristina Toscani Longo